



INFORMATIVO SINTERGS

TRANSPARÊNCIA, COMPROMETIMENTO E
UNIÃO PARA CONTINUAR AVANÇANDO.

NÚMERO 58 | DEZEMBRO 2016, JANEIRO E FEVEREIRO 2017

Milhares protestam na Praça da Matriz contra Pacote de Maldades do Governo Sartori que extinguiu fundações



Em ação promovida pelo Sintergs, TJ decide que aposentado deve receber gratificação

3

Imprensa repercute posição do Sindicato durante votação na Assembleia Legislativa

5

Gabinete do Governador compromete mais de 30% de todo gasto com salários de CCs

6

Palavra do Presidente

Nelcir André Varnier

O Pacote e a surdez do Governo do RS

O Governo do RS encaminhou a toque de caixa mais um pacote enganador, que não resolverá em nada os problemas em nosso Estado. O pior de tudo é que o Piratini sequer ouviu aqueles que apontam soluções, como é o caso dos servidores públicos e entidades sindicais.

No RS, vamos na contramão com a extinção de fundações de pesquisa científica, tecnológica e cultural, essenciais para desenvolvimento e aprimoramento do estado, questões de suma importância para países desenvolvidos. Na mesma esteira, o Governo propõe desemprego e entrega de patrimônio público de participações em estatais estratégicas que alimentam os cofres públicos com suas receitas.

Outros projetos atacam diretamente os servidores públicos, que já prestam serviços à população com muito sacrifício e em condições péssimas de trabalho. Algumas propostas chegam a ser um absurdo, como extinção da data para pagamento de salários e que está sendo chamado do projeto “devo, não nego e pago quando puder”.

Tem ainda o pagamento do sagrado 13º salário em metade num ano e restante no outro. Também incluíram o falso problema da previdência, aumentando a contribuição para 14%. Lembramos que os aposentados continuam contribuindo para a previdência aqui em nosso estado, uma aberração do tamanho do mundo.

O Palácio Piratini quer ainda, estrategicamente, coibir a atividade sindical, sem remunerar seus licenciados. Sindicato é um movimento organizado de trabalhadores que, quando oprimidos por outros interesses, reage em defesa destes. Todas as conquistas e avanços sociais partiram da sociedade organizada em movimento, onde estão incluídos os sindicatos.

Esse papel de transformação e desenvolvimento social o Estado tem dificuldades de provocar. O Estado atende mais à estagnação

social. Desse modo, faz-se necessário uma sociedade inquieta e organizada dentro do estado democrático de direito. Esse papel tem que ser fomentado. E os sindicatos são os espaços adequados para evolução das relações entre patrão, empregados e sociedade como um todo. Em resumo, é um organismo que visa ao desenvolvimento do Estado.

Mas o que mais nos indigna é a surdez do Governo Sartori. Estamos denunciando onde estão os recursos que, supostamente, faltam. Mas nossas palavras não ecoam, tanto na Assembleia Legislativa, Executivo quanto na imprensa. Já provamos que a arrecadação de ICMS em valores reais aumentou. Já denunciamos excessivo “cabide de emprego”. Já mostramos que, em renúncias fiscais secretas, são mais de R\$ 10 bilhões perdidos ao ano. Temos mais de R\$ 7 bilhões de sonegação. Ainda R\$ 3 bilhões ao ano para uma dívida que já foi paga, segundo Sindicato dos Técnicos do Tribunal de Contas (CEAPE). São mais de R\$ 3,5 bilhões anuais que perdemos em compensações da Lei Kandir (apontado em todos relatórios da Secretaria da Fazenda).

Ou seja, na soma desses itens temos mais de R\$ 20 bilhões que são perdidos para interesses distintos aos da população e, em nenhum momento, o governo é enérgico neste sentido. Muito pelo contrário, faz propaganda com dinheiro público e em volumes substanciais para convencer a população e deputados de que a solução está no corte do “cafezinho”.

Vivemos um cenário ilógico e irracional, sem sentido para um Estado que objetiva patamares melhores na vida do seu povo.



Nota aos representados do Sintergs

Estamos passando por um momento muito crítico. Podemos perder direitos imediatamente e sem chances de repô-los. Além dessas possibilidades negativas dentro do pacote de projetos do Governo, já amargamos com perdas patrimoniais e, talvez, morais, por conta de atrasos nos pagamentos, intimidações nos locais de trabalho e descumprimento de ordens judiciais por parte do Governo.

Em relação aos possíveis danos morais causados, poderemos buscar reparação na Justiça posteriormente. Porém, neste momento o foco principal do Sintergs está nos direitos que poderão ser suprimidos imediatamente.

Os servidores dos quadros representados pelo Sintergs decidiram pela greve do dia 16 a 31 de dezembro de 2016. A decisão foi tomada pela categoria no dia 13 de dezembro, durante Assembleia Geral Extraordinária, na Praça da Matriz, em Porto Alegre.

Os atrasos reiterados no pagamento dos salários, atraso no pagamento do 13º salário, reposição das perdas inflacionárias, além dos projetos remetidos pelo Executivo à Assembleia Legislativa são os motivos para a deflagração da greve, a qual é legítima e com base na Constituição Federal e está de acordo com recente decisão do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual não haverá o descon-

to do salário nos casos em que a greve for provocada por conduta ilegal do poder público, como, por exemplo, o atraso no pagamento dos salários ou resistência em negociar com a categoria.

O Sintergs possui ação transitada em julgado que proíbe o atraso dos salários dos servidores públicos, o que inclui, logicamente, o 13º salário. Frente a essa situação, o Sintergs ingressará com todas as medidas cabíveis contra as perseguições dos servidores públicos em greve representados pelo Sintergs. Mas agora é hora de combatermos e lutarmos, na Assembleia Legislativa, pelos direitos que poderão ser suprimidos.

Assim, diante da insistência do Governo do Estado em cortar o ponto dos servidores, como em episódios anteriores, o Sintergs tomará as medidas jurídicas cabíveis para reverter tal situação.

Especificamente em relação ao fato do atraso no pagamento do 13º salário por parte do Governo do Estado, o servidor que julgar que está sofrendo um dano material e/ou moral e que se sentir prejudicado pode entrar em contato com a assessoria jurídica do Sintergs no telefone (51) 3025-0011.

De forma veemente, o Sintergs repudia e coloca-se frontalmente contra as perseguições que o Governo do Estado tem levado a cabo contra os servidores públicos em greve.

Em ação promovida pelo Sintergs, TJ decide que aposentado deve receber Gisae

O 2º Grupo Cível do Tribunal de Justiça do RS deu ganho de causa a um servidor público aposentado filiado ao Sintergs em mandado de segurança, estendendo o pagamento da Gratificação de Incentivo às Atividades Sociais Administrativas e Econômicas (Gisae) para inativos.

A ação foi protocolada pelo escritório Japur Advogados por determinação do Sintergs. A decisão do Tribunal de Justiça do RS cria jurisprudência favorável para pagamento da Gisae para inativos com paridade.

O Estado do RS pode recorrer para Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas o recurso não tem efeito suspensivo. O pagamento da Gisae para o aposentado que ingressou com ação deve iniciar imediatamente após Estado ser notificado.

Tribunal de Justiça manda Governo do Estado pagar integralmente 13º salário a servidores filiados ao Sintergs, mas STF suspende liminares

O Sintergs obteve no Tribunal de Justiça do RS ordem judicial que determina que o Governo do Estado pague integralmente o 13º salários dos servidores públicos estaduais filiados ao Sindicato. A decisão, em caráter liminar, é do presidente do Tribunal de Justiça do RS, desembargador Luiz Felipe Silveira Difini.

No entanto, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, concedeu liminar para suspender um conjunto de decisões proferidas pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que determinavam o pagamento do 13º salário a diversas categorias de servidores, inclusive a liminar obtida pelo Sintergs.

No entendimento da ministra, o Estado apresentou documentos suficientes para comprovar sua situação de dificuldade financeira, indicando que o pagamento implicaria descumprir as demais obrigações com os cidadãos.

Apelo à Justiça

Diante do sofrimento e constrangimento de milhares de servidores que não receberam o momento seu 13º salário, o Sintergs – que representa servidores de nível superior – decidiu ingressar com medida jurídica.

Em sua decisão, o desembargador Difini afirmou que “o direito reconhecido é de pagamento do 13º salário na integralidade, não de uma parte. Ou seja, o pagamento parcial não arreda a violação.”

Ainda em sua decisão, o desembargador acrescenta: “Em síntese, havendo um direito líquido e certo – de natureza alimentar – como no caso, e havendo indicativos claros de sua violação, presentes se encontram, por consequência lógica, os pressupostos do deferimento do mandado.”

Já a ministra do STF, que suspendeu as liminares, em sua decisão afirmou que as liminares possuem potencialidade de gerar grave lesão à ordem, segurança e economia públicas e, por isso, concedeu a liminar de suspensão.

Além de não receber o 13º, servidores que aderiram à antecipação do 13º salário de 2016 através do Banrisul tiveram o valor descontado da conta no dia 20 de dezembro. Segundo o banco, o vencimento do empréstimo estava previsto para ocorrer junto com o pagamento do Governo do Estado. No entanto, o Piratini não quitou o valor, e os funcionários tiveram o dinheiro descontado do saldo atual da conta (provavelmente no negativo e pagando juros).

Há casos de servidores que não tiveram dinheiro para fazer a ceia de Natal e Reveillon com a família e que sequer conseguem quitar suas contas e ter recursos para as necessidades básicas.

O Sintergs impetrou mandado de segurança coletivo postulando o pagamento do 13º salário dos filiados ao Sindicato. A decisão em caráter de liminar foi divulgada no dia 27 de dezembro. Já a suspensão das liminares pelo STF ocorreu no dia 30 de dezembro.

Convênios firmados pelo Sintergs facilitam acesso do associados a serviços diferenciados

Com o objetivo de entregar cada vez mais serviços diferenciados para o associado do Sintergs, a entidade tem firmado uma série de convênios. Com isso, o associado do sindicato tem acesso a serviços diferenciados e com condições especiais. Em breve, o Sintergs deve anunciar mais convênios. Confira abaixo.

CONVÊNIOS SINTERGS

JAPUR ADVOGADOS

(outros processos)
Praça Marechal Deodoro, nº 130 conj. 801,
Centro – Porto Alegre – RS
Fone: (51) 3224-6885
www.japuradvogados.com.br

CURSO PÓS-GRADUAÇÃO UNILASALLE

– Centro Universitário La Salle
Av. Victor Barreto, nº 2288,
Centro – Canoas – RS
Fone/Fax: (51) 3476.8500 /
3476.8731 / 3251.1111

FADERGS – Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul S/A

Rua General Vitorino, nº 25
Centro – Porto Alegre – RS
Fone/Fax (51) 3251.1111
Email: fadergs@fadergs.com.br

UNIRITTER – Laureate Internacional Universities

Rua Orfanotrófio, nº 555
Bairro Teresópolis – Porto Alegre – RS
Fone: (51) 3027.7300
www.uniritter.edu.br

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul (presencial e EAD)

Av. Independência, 2293
Santa Cruz do Sul – RS
Fone: (51) 3717.7301
www.unisc.br

VERBO JURÍDICO

Av. Ipiranga, 2899 (esq. Santa Cecília)
Porto Alegre – RS
Fone: (51) 3076.8686
E-mail: verbojuridico@verbojuridico.com.br
www.verbojuridico.com.br

HOTEL EXPRESS CENTRO HISTÓRICO

Rua 7 de setembro, nº 611
Centro Histórico – Porto Alegre – RS
Fone: (51) 3062.5600
www.hoteissuarez.com.br

HOTEL EXPRESS RODOVIÁRIA

Rua Garibaldi, nº 165
Centro – Porto Alegre – RS
Fone: (51) 3085.5500
www.hoteissuarez.com.br

HOTEL EXPRESS SAVOY

Av. Borges de Medeiros, nº 688
Centro Histórico – Porto Alegre – RS
(51) 3224.0511
www.hoteissuarez.com.br

HOTEL PAMPA PORTO ALEGRE

Rua Demétrio Ribeiro, 1100,
Centro – Porto Alegre – RS (quase esquina à Borges de Medeiros)
Fone: (51) 3226.5510 / 3022.6968 / 3023.6878
www.hotelpampa.com.br

SAÚDE PAS – MEDICINA & ODONTO

(serviços odontológicos)
Rua Jerônimo Coelho, 212, 2º andar
Centro – Porto Alegre – RS
Fone: 0800.541.6666
www.saudepas.com.br

FUNERÁRIAS REUNIDAS

Av. Oscar Pereira, 91
Bairro Azenha – Porto Alegre – RS
Fone: 0800.51.7450
WhatsApp: (51) 98125.8099
www.funerariasreunidas.com.br/

RESTAURANTE PERTUTTI – NATURAL

Av. Getúlio Vargas, 1700 – 1º andar
Bairro Menino Deus – Porto Alegre – RS
Fone: (51) 3023.3435

RESTAURANTE VIA IMPERATORE

Rua República, 509
Bairro Cidade Baixa – Porto Alegre – RS
Fone: (51) 99219.4099 / 3026.3071
www.viaimperatore.com.br

CAFETERIA CAPITÓLIO

Rua Demétrio Ribeiro, 1085
Centro – Porto Alegre – RS
Fone: (51) 3237.3814
www.facebook.com/cafeteriacapitolio/

Fundações são extintas e mais de mil servidores ficam sem perspectiva

Mesmo após pressão dos sindicatos, entre os quais o Sintergs, os deputados estaduais aprovaram a extinção das fundações. Entre o dia 21 e a madrugada do dia 22 de dezembro, foi aprovado o fim da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH), da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (Fepps) e da Companhia Rio-Grande de Artes Gráficas (Corag).

Antes dessas, já havia sido aprovado o fim das fundações Zoobotânica, Cientec, de Economia e Estatística, Metroplan, Piratini (TVE e FM Cultura), FDRH, Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore e Fepagro.

Com isso, 1.002 funcionários celetistas serão demitidos e começarão o ano de 2017 sem perspectivas e com o fantasma do desemprego.

Durante as sessões na Assembleia Legislativa, com duração de horas, ao mesmo tempo em que milhares de servidores tomavam tiro de bala de borracha e gás lacrimogênio na Praça da Matriz, a maioria dos parlamentares determinou o fim das fundações.



Servidores queimaram boneco do Governador Sartori em protesto



Panfletagem em frente à Assembleia Legislativa foi promovida para pressionar deputados do PDT contra Pacote do Governo Sartori

Diante da iminente votação do Pacote de Maldades do Governo Sartori, o Sintergs e a Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos da Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento (SEASOP) realizaram panfletagem em frente à Assembleia Legislativa.

O objetivo foi alertar a população e também pressionar deputados, principalmente do PDT, em relação ao Pacote do Governo Sartori que objetiva precarizar ainda mais o serviço público de qualidade.

O panfleto alertou os deputados **Ciro Simone**, **Enio Bacci**, **Eduardo Loureiro**, **Gilmar Sossela**, **Juliana Brizola**, **Marlon Santos**, **Vinícius Ribeiro** e **Gerson Burman** quanto à obrigação que tinham de votar contra o pacote, uma vez que é o que orienta o estatuto do PDT.



Panfletagem em frente à AL para pressionar deputados

Sintergs intensificou corpo a corpo com deputados contra aprovação do Pacote do Governo Sartori

Diretores do Sintergs não esperaram serem protocolados na Assembleia Legislativa os projetos que fazem parte do pacote de maldades do Governo Sartori.

Antes mesmo de os projetos serem enviados para à AL, representantes do Sintergs percorreram gabinetes, pressionando deputados para que não aprovassem os projetos.

Foram realizadas reuniões nas bancadas do PDT, PSB e PSol. Além da direção do Sintergs, participaram das reuniões a Associação dos Fiscais Estaduais Agropecuários do Rio Grande do Sul (Afacro) e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), além do SENGE-RS.



Guilherme Toniolo, 1º Vice do Sintergs, Guilherme Damian, Coordenador da bancada do PDT na AL, Nelcir André Varnier, Presidente do Sintergs, e Presidente da Afagro, Angela Antuns de Souza

Éder Pereira da Silva, da CGTB, Presidente da Afagro, Angela Antuns de Souza, Deputado Estadual, Pedro Ruas (PSol), Guilherme Toniolo, 1º Vice do Sintergs, e Nelcir André Varnier, Presidente do Sintergs.



Diretoria do Sintergs em reunião com bancada do PSB na Assembleia Legislativa.

Reunião com deputado **Ciro Simone** teve presença do Presidente do SENGE, **Alexandre Wollmann**, do vice, **Luiz Alberto Schreiner**, do diretor do



SENGE-RS, **Diego Oliz**, do 1º Vice-presidente do Sintergs, **Guilherme Toniolo**, além de representantes das entidades que representam os servidores da CRM e CIENTEC.



1º Vice-presidente do Sintergs, Guilherme Toniolo, e deputado Eduardo Loureiro (PDT)

Mobilização na Praça da Matriz reuniu milhares contra propostas do Governo Sartori

Milhares de servidores públicos demonstraram, mais uma vez, sua força. Durante todo o dia 13 de dezembro, diversas categorias protestaram contra o Pacote de Maldades do Governo Sartori.

Na parte da manhã, em Assembleia Geral Extraordinária realizada na Praça da Matriz, em Porto Alegre, Técnicos-científicos, Especialistas em Saúde e Extranumerários decidiram entrar em greve, a partir do dia 16 de dezembro.



Servidores derrubaram grade que isolava Palácio Piratini

No início da tarde, após uma caminhada dos servidores, um ato foi realizado no Largo Glênio Peres, marcado por críticas ao Governo Sartori, que apenas busca penalizar os servidores e reduzir e prejudicar os serviços públicos de qualidade.

Em seguida, todos os servidores se uniram em protesto em frente ao Palácio Piratini. Os gradis, que cercavam a sede principal do Executivo Estadual, foram derrubados e mais palavras de ordem contra o Pacote

de Maldades do Governo Sartori foram gritados pelos manifestantes.

A Assembleia Legislativa permaneceu fechada e cercada com grades e policiais militares, impedindo a entrada da população.

Já no fim da tarde, uma comissão, formada por representantes das principais entidades sindicais, entre as quais o Sintergs, ingressou no Parlamento e teve reunião com o 1º Vice-presidente da Assembleia Legislativa, Adilson Troca (PSDB).

A reivindicação dos sindicatos foi de que, nos dias de votação do pacote, fosse permitida a entrada através de distribuição de senhas. Mesmo assim, poucas senhas foram distribuídas e a pressão sobre os deputados nas galerias da AL ficou prejudicada.



Protesto ocorreu também no Largo Glênio Peres

Categorias representadas pelo Sintergs decidem pela greve

Os servidores dos quadros representados pelo Sintergs decidiram pela greve desde o dia 16 de dezembro de 2016. A decisão foi tomada durante Assembleia Geral Extraordinária realizada na Praça da Matriz, em Porto Alegre.

Os motivos para greve foram os atrasos no pagamento dos salários, os projetos remetidos pelo Executivo à Assembleia Legislativa, atraso no pagamento do 13º salário e reposição das perdas inflacionárias.

Os quadros representados pelo sindicato entraram em greve também devido a todos os ataques às Fundações e aos direitos dos servidores.

O Sintergs tem cerca de 10 mil associados e representa todas as carreiras de nível superior do Estado, que atuam em áreas como administração direta, Vigilância em Saúde, compra de remédios especiais, fiscalização agropecuária, educação, segurança, obras, Coordenadorias Regionais de Saúde, Hospital Sanatório Partenon, Hospital São Pedro, Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (Feeps).

Durante a greve, fiscais agropecuários associados do Sintergs realizaram, dentro as diversas ações de protesto, um ato de solidariedade, doando sangue. Centenas de servidores fizeram a doação que auxiliou o estoque de sangue para o fim de ano, data sempre crítica para o banco de sangue.



Decisão foi tomada pela categoria, no dia 13 de dezembro, durante Assembleia Geral Extraordinária, na Praça da Matriz, em Porto Alegre.

Sintergs marca posição na imprensa durante votação



Servidores unificam mobilizações contra o pacote de Sartori
Fundação Piratini, Uqsim, Cpari, Sintergs e Anapergo estão em greve ou em paralisação até a conclusão da votação dos projetos do Executivo.

na página 35). Nelcir Varnier, presidente do Sindicato dos Técnicos-Científicos do Rio Grande do Sul (Sintergs), também ressaltou a contrariedade dos servidores.
- Os deputados estão usando apenas a metade da capacidade das galerias do plenário. As pessoas que queriam acompanhar a votação foram impedidas. O Sintergs recebeu apenas uma senha para entrar - protesto.



Sindicato dos servidores técnicos-científicos anuncia greve no RS
Sintergs defende paralisação dos trabalhadores até com o pacote de medidas do governo Sartori seja votado na Assembleia.



Pedradas, foguetes e bombas: os confrontos no primeiro dia de votação do pacote na Assembleia
Prisões e três embates foram registrados entre manifestantes e a Brigada Militar durante as discussões dos projetos do Executivo.

Enquanto se degradava durante os primeiros projetos do pacote de medidas do governo Sartori, o clima era de tensão permanente do lado de fora da Assembleia Legislativa, na sede desta segunda-feira. Manifestantes ocuparam os portões e servidores atirados pelas unidades militares em confronto com a Brigada Militar (BM) em pelo menos quatro momentos. Pedras, foguetes, bombas de gás e efeito lacrimogêneo e spray de gás lacrimogêneo foram usados em atos a seu critério de guerra na Praça da Matriz.



Protestos e atividades paralisadas
A pressa do governo em aprovar na Assembleia Legislativa o pacote de ajuste financeiro anunciado pelo Piratini no mês passado mobiliza os sindicatos de servidores. Pelos menos três categorias - professores, policiais civis e técnicos-científicos - paralisaram as atividades e só devem voltar cumprir a jornada normal de trabalho após a votação dos projetos. Outros, eles se concentraram em frente ao Palácio Piratini em protesto as medidas propostas pelo governador José Ivo Sartori.
Cidadãos polveram de ordem e segurando cartazes, os manifestantes romperam os gradis e se aproximaram da entrada da sede do governo. Para impedir eventual invasão, o Batalhão de Choque da Brigada Militar lançou bombas de efeito moral. Houve queima de papéis e de bancos representando o governador. Revoltando-se ao microfone, sindicalistas criticaram a maioria dos pontos do pacote, sobretudo a extinção de fundações e a demissão de servidores, as mudanças no calendário de pagamento de salários e do 13º e o aumento da alíquota previdenciária.

Um CC para cada dia do ano

Somente Gabinete do Governador compromete mais de 30% de todo gasto com salários de CCs

Mais de 30% do gasto do Estado com salários de CCs (Cargos Comissionados) está concentrado em uma estrutura que engloba somente seis áreas: Gabinete do Governador José Ivo Sartori, do Vice-governador, José Paulo Cairoli, Casa Militar, Casa Civil, Secretaria de Comunicação e do Gabinete de Políticas Social da primeira-dama Maria Helena Sartori.

O estudo, realizado pelo Sintergs através do Portal Transparência, encontrou um total de 364 CCs (Cargos Comissionados) – um CC para cada dia do ano – com um salário médio de R\$ 5.496,69 somente nessas

áreas, totalizando gasto R\$ 2.000.795,46 por mês.

A Administração Direta toda possui 1.639 CCs, o que equivale a um gasto mensal com remuneração de R\$ 6.422.825,06. A média salarial é de R\$ 3.918,74. Só o Gabinete do Governador, segundo levantamento do Sintergs, possui mais de 20% do número total de CCs de toda a estrutura do Estado.

Para o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, isso revela um descompromisso total do Governador Sartori com o próprio discurso de redução de gastos.

Ainda de acordo com o dirigente, a de-

núncia que está sendo feita pelo Sintergs demonstra que o Governo Sartori insiste, de forma proposital, em colocar a culpa da crise financeira do Estado no servidor público. No entanto, acrescenta, Varnier, os dados do gasto de CCs mostram que não é bem assim.

“Nosso estudo mostra. Ele possui um CC para cada dia do ano. Esses números demonstram que o que temos no Palácio Piratini é uma corte, em que alguns são privilegiados e os demais sofrem. O discurso do Governador de corte de gasto não se sustenta”, acrescenta Nelcir.

MP poderá juntar em ação civil pública documentos obtidos pelo Sintergs que indicam possibilidade de haver saldo nas contas do Estado

O Sintergs entregou ao Ministério Público do RS seu estudo que aponta mais de 140 contas do balancete do Estado que apresentam saldo positivo superior a R\$ 2,5 bilhões.

A audiência ocorreu no fim de novembro com o Promotor de Justiça Nilson de Oliveira Rodrigues Filho, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre.

A diretoria do Sindicato forneceu ao promotor uma série de documentos que indicam a possibilidade de haver saldo nas contas do Governo, que não justificariam o não cumprimento das obrigações nos prazos legais, principalmente em relação ao salário em dia do funcionalismo e reposições inflacionárias como determina a lei.

Durante a reunião, o Promotor de Justiça Nilson de Oliveira Rodrigues Filho disse que os documentos entregues pelo Sintergs poderão ser juntados no inquérito civil 10/2016.

O objetivo do Sintergs é colaborar com o MP na ação civil pública que acusa a Secretaria Estadual da Fazenda de sonegar dados e documentos solicitados pelo MP e Tribunal de Contas do Estado em relação às isenções fiscais concedidas às empresas.

A ação pede, por exemplo, que a Fazenda libere a relação de todas as empresas com incentivos fiscais.

O Ministério Público ingressou com Ação Civil Pública, no dia 28 de novembro, para que o Governo do Estado libere todas as informações referentes às contas públicas. Há pedido de liminar que, segundo o promotor, deve-se ao pacote do Governo Sartori enviado à Assembleia Legislativa e quem tem relação direta com o que o Estado arrecada ou deixa de arrecadar.



Representantes da diretoria do Sintergs entregaram documentos ao Promotor de Justiça Nilson de Oliveira Rodrigues Filho, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre.

Depois de atrasar salários, Governo Sartori manda BM agredir servidor público que protesta

Milhares de servidores públicos em todo o Estado, com o apoio do Sintergs, protestaram, em novembro, contra o atraso nos salários, por reposição de perdas inflacionárias, serviços públicos de qualidade e contra a PEC 55 (que limita investimentos públicos principalmente na área da educação e saúde).

Os quadros representados pelo Sintergs realizaram atos em frente à Secretaria Estadual da Agricultura e na Avenida Bento Gonçalves.

Na Bento Gonçalves, a Brigada Militar reagiu com violência contra os servidores. O Diretor de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica, Elpídio Jaques de Borba, sofreu dois ferimentos na perna.

“Não basta receber salários atrasados. Agora o Governo Sartori decidiu que vai bater nos servidores públicos que estão protestando”, destacou o presidente do Sintergs, Nelcír André Varnier.

Os ferimentos sofridos foram causados por



Em frente à Secretaria Estadual da Agricultura, servidores distribuíram bananas, simbolizando o trabalho realizado pelos servidores da agricultura, que são responsáveis pela fiscalização dos alimentos que vão para a mesa dos cidadãos gaúcho.



Diretor de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica, Elpídio Jaques de Borba, sofreu dois ferimentos na perna



bombas de efeito moral, pois espalham estilhaços para todos os lados, atingindo as pessoas e causando ferimentos muitas vezes graves.

Já em frente à Secretaria Estadual da Agricultura, os servidores públicos distribuíram bananas para os pedestres e motoristas, simbolizando o trabalho realizado pelos servidores da agricultura, que são responsáveis pela fiscalização dos alimentos que vão para a mesa dos cidadãos gaúchos e que também estão sofrendo com salários atrasados.

Pelo interior também houve manifestação. Os servidores protestaram em seu local de trabalho e também na região central de alguns municípios.

Sintergs entrega material que será utilizado em campanhas educativas durante a Operação Verão da Polícia Civil do RS

A direção do Sintergs entregou, no fim de novembro, material de apoio da Operação Verão 2016/2017, em audiência com o Chefe da Polícia Civil do RS, Emerson Wendt.

O sindicato patrocinou o material, que é composto de 1,5 mil bonês, 1,5 mil camisetas, 1,5 mil medalhas e mil livros de colorir, destinado ao público infantil que participar das ações promovidas pela Polícia Civil do RS durante a Operação Verão no litoral gaúcho.

A ação em parceria da Polícia Civil do RS é umas das missões do sindicato, de apoiar a cultura e educação das crianças, promovendo o avanço da sociedade.

Apoio do Sintergs foi utilizado para confecção de material educativo para crianças e jovens.



Eleitas chapas que comandarão Núcleos do Sintergs no interior

Após eleições, ocorridas no dia 22 de dezembro de 2016, foram eleitas as chapas para o comando dos Núcleos Regionais e Núcleos Setoriais do Sintergs.

NÚCLEOS REGIONAIS DO SINTERGS

REGIONAL 01 (BAGÉ)

Diretor – Justino Henrique Madeira Waltrick
Vice-Diretor – Antônio Guilherme Gomes da Silva
Secretário – Danielle Meireles Ricardo
Tesoureira – Márcia Stypulkowski
1º Suplente – José Vital Cerveira
2º Suplente – Teresinha Garcia Chagas

REGIONAL 02 (SANTA MARIA)

Diretor – José Antônio Baptista Lagaggio
Vice-Diretor – Renato Kamtorski
Secretária – Nirlene Salette Brasil Mendes
Tesoureira – Rejane Maria Codevila
1º Suplente – Paulo de Tarso Callegaro
2º Suplente – Tereza Moraes da Silva

REGIONAL 03 (CACHOEIRA DO SUL)

Diretor – Gilmar Luiz Colombelli
Vice-Diretor – Sérgio Cláudio Engel
Secretária – Marília Corrêa Lenz
Tesoureira – Viviane Durigon
1º Suplente – José Moacir Pereira Marchi
2º Suplente – Marta Ines Pavanatto de Freitas

REGIONAL 04 (SANTA ROSA)

Diretor – Gustavo de Araújo Marchand
Vice-Diretor – Ione Alles Ames
Secretária – Izoete Anna de Souza
Tesoureira – Carmem Luiza Dilly
1º Suplente – Izoneti Martini Bigolin
2º Suplente – Dóris Clarita Buttenberder

REGIONAL 06 (SANTANA DO LIVRAMENTO)

Diretor – Lígia Maria Fraga Gisler
Vice-Diretor – Sandra Denise Arruda Cunha
Secretária – Margarete Pereira Vaz
Tesoureira – Cecília Nelvi Henker Pires
1º Suplente – Carlos Cleber Macedo Lopes
2º Suplente – Darci Carneiro Martins

REGIONAL 08 (CAPÃO DA CANOA)

Diretor – Jaime Augusto Hiller Mallmann
Vice-Diretor – David Hernanni Leonetti Barenho
Secretário – José Fernando Canovas de Moura
Tesoureira – Ivone Kommers Corvacão
1º Suplente – Maristela Correa Rodrigues de Lima
2º Suplente – Maria Aparecida Famer

REGIONAL 09 (PALMEIRA DAS MISSÕES)

Diretora – Mirta da Silva Laranjeira
Vice-Diretora – Maria Augusta Ardenghi Balsan
Secretária – Maria de Fátima Machado Vargas
Tesoureira – Vera Márcia Lehnen Lima
1º Suplente – Garzelon Gloria Aragonez
2º Suplente – Noemi Saraiva Kuster

REGIONAL 11 (SANTO ÂNGELO)

Diretora – Lisete Maria dos Anjos
Vice-Diretora – Maristela Dal Pozzo Schneider
Secretário – Dennison Silveira Paixão Coelho
Tesoureira – Cleusa Schneider Senger
1º Suplente – Márcia Werkliher Paganotto Lopes
2º Suplente – Carmem Regina Estivalette Marchionatti

REGIONAL 14 – SEDE EM PASSO FUNDO

Diretora – Sersi Marybel Lagni
Vice-Diretor – Luiz Edson Dal Maso
Secretário – Jaine Bruschi Stypulkowski
Tesoureira – Jusceli Bernadete Seidler
1º Suplente – Michele Borges dos Santos
2º Suplente – Solange Maria Protti

REGIONAL 16 (CAXIAS DO SUL)

Diretora – Beatriz Marques Ourique
Vice-Diretor – Zélia Prado dos Santos
Secretária – Lilian Cristina Dias Galarza
Tesoureira – Sandra Mara de Camargo Zardo
1º Suplente – Carlos Eduardo Albert
2º Suplente – Plínio Manosso

REGIONAL 17 (BENTO GONÇALVES)

Diretora – Sandra Lúcia Dalcin
Vice-Diretor – Natal Dall Pizzol
Secretária – Isabel Cristina SartoriTasca
Tesoureira – Vilson Fontanella
1º Suplente – Nelly Dalla Costa
2º Suplente – Luci Peruffo

REGIONAL 19 (PELOTAS)

Diretora – Daniza Damasceno Campos
Vice-Diretor – Marco Antônio Susini Cheuiche
Secretária – Clarice da Costa Donida
Tesoureira – Marília Carolina Vaz Barbosa
1º Suplente – Maria da Graça Fagundes
2º Suplente – Iná Almeida Jeannes

REGIONAL 20 (SANTA CRUZ DO SUL)

Diretora – Karine Zenatti Ely
Vice-Diretor – Isabel Helena Forster Halmenschlager
Secretária – Luciane Schmitt
Tesoureira – Miriam Teresa Thier
1º Suplente – José Altamir Vargas Ferreira
2º Suplente – Jasper Roberto Shulz

NÚCLEOS SETORIAIS DO SINTERGS

NÚCLEO SETORIAL DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Representante – Elci Rosa Paim
Suplente – Márcia Cristina de Souza Nunes

NÚCLEO SETORIAL DA SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Representante – Salete Beatriz Ferreira
Suplente – Luísa Xavier Lokschin

NÚCLEO SETORIAL DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Representante – Fernanda Costa Corezola
Suplente – Júlio Cesar Brum de Oliveira



Nelcír André Varnier, Presidente
Guilherme Toniolo, 1º Vice-Presidente | Joanes Machado da Rosa, 2º Vice-Presidente
Ivone Antunes Peixoto, 1º Secretária | Ana Lúcia Touguinha Weidle, 2º Secretária
Daniel Lima Gonzaga, 1º Tesoureiro | Francisco Menegat, 2º Tesoureiro
Vinício Sólton Marques Filho, Diretor de Política Salarial
Elpídio Jaques de Borba, Diretor de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica
Valdir Bandeira Fiorentin, Diretor de Divulgação e Imprensa
Humberto Periolo, Diretor de Assuntos do Interior
Danilo Luiz C. Krause, Diretor de Assuntos Previdenciários e Saúde
Pedro Alberto Armani Martins, Representante Titular dos Aposentados
Marco Túlio de Albuquerque, Representante Titular dos Aposentados
Lenora Horn Schneider, Representante Suplente dos Aposentados
Marlene Terezinha Colling, Representante Suplente dos Aposentados

Expediente

Boletim Informativo do Sindicato dos Técnicos-Científicos do Estado do Rio Grande do Sul

Conteúdo: Spindler Comunicação Corporativa

www.spindler.com.br

Tiragem: 6.500 exemplares

TRANSPARÊNCIA, COMPROMETIMENTO E UNIÃO PARA CONTINUAR AVANÇANDO.

Rua José de Alencar, 1089 | CEP 90880-481 | Porto Alegre - RS | Fones (51) 3025 0011 www.sintergs.org.br | sintergs@sintergs.com.br